

4

ESPAÇO E CONJUNTURA

São Paulo, 1981

AS FRENTES PIONEIRAS DE MATO GROSSO DO SUL: ABORDAGEM GEOGRÁFICA E ECOLÓGICA*

Raymond Pébayle (e)
Jean Koechlin

NOTA PRELIMINAR DOS AUTORES

Este trabalho é o resultado de duas missões financiadas pelo Centro Nacional da Pesquisa Científica sobre o tema geral: "A ocupação do espaço e suas conseqüências sobre a vegetação na bacia média do Paraná (Brasil)". Agradecemos ao Prof. G. Lasserre, Diretor do Centro de Estudos de Geografia Tropical de Bordeaux, que foi o iniciador deste estudo pluridisciplinar.

Esse estudo não poderia chegar a bom termo sem a participação do Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo e de sua equipe de professores. Dentre eles, tivemos a honra de contar com a colaboração do Prof. Aziz N. Ab'Saber, Diretor do Instituto e Prof. Carlos Augusto Monteiro, climatólogo. Não saberíamos dizer quão precioso foi o apoio da **USP** para nossas pesquisas de campo, sem o qual dificilmente conseguiríamos conduzi-las a bom termo. A Universidade Estadual de Mato Grosso, através de seu "campus", sediado em Campo Grande, bem como dos Centros Universitários de Dourados e Corumbá, participaram igualmente de nossos trabalhos. Nossos agradecimentos dirigem-se particularmente ao Reitor João

* Texto traduzido do original francês por Antonio de Pádua Danesi, e revisto por Aziz Nacib Ab'Saber e José Laerte Cecílio Tetila.

Pereira da Rosa, Prof. Salomão Baruki, Diretor do Centro Pedagógico de Corumbá, e Prof. Fritz Bluma, que amavelmente nos acompanhou e aconselhou durante nossa primeira missão no sul de Mato Grosso e no Pantanal, que ele conhece tão bem. Na origem desses contatos, não poderíamos deixar de assinalar a amável participação do Prof. Orlando Valverde, do Departamento de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas do Rio de Janeiro. Enfim, este trabalho de campo muito deve à amabilidade e à hospitalidade de nosso colega Yioschiya Nakagawara, professor da Universidade de Londrina, do Sr. Bento Ferraz Pacheco, de Londrina, e do Sr. Carlos Rochelle, proprietário da Fazenda Santa Adelaide, em Itaquerai (MT).

As frentes pioneiras de Mato Grosso: Abordagem Geográfica e Ecológica

No Mato Grosso meridional, ao sul do paralelo de Campo Grande, assiste-se atualmente a mudanças fundamentais na ocupação e na valorização do espaço. Com efeito, novas formas de exploração dos solos aí transtornam os gêneros de vida, tradicionais que, há uns 40 anos ainda repousavam na exploração superficial de meios naturais bastante imbricados. As florestas constituíam o domínio de uma colheita e agricultura de roça; as pradarias e os cerrados serviam de suportes a uma clássica criação extensiva. Hoje, neste meio ecológico de transição, a mutação é a regra: o agricultor se apossa de regiões descobertas do campo; o criador abate a floresta para aí abrir grandes fazendas. Nesta conquista (ou reconquista) recente e inacabada, indaga-se: os pioneiros, que ainda são predadores, responsáveis pela abertura de imensas brechas nos ecossistemas, não teriam apreendido a dominar ou substituir suas técnicas rudimentares por sistemas agrícolas estáveis? Ou melhor, servidos pela experiência, teriam eles sabido adaptar suas atividades e seu *habitat* aos meios naturais, dos quais não tiveram, inicialmente, senão um conhecimento bastante precário?

Aqui, o ecologista pode ainda apreender os contatos fundamentais num complexo mosaico floresta-campo. Por seu lado, o geógrafo pode perceber, pela observação e pela pesquisa direta, uma evolução recente. Uma aproximação global é, pois, possível.

Procurar-se-á, fundamentalmente, situar o homem pioneiro no ambiente ecológico que tem ele a triste reputação de destruir, em proveito de ciclos econômicos transitórios.

Ora, os tempos mudaram desde o século XIX, época que marcou o início da frente cafeeira devoradora do espaço que devia ocupar todo o Estado de São Paulo e depois atravessar, nos anos 30, o rio Paranapanema. Após colonizar o Norte do Paraná, ela encontrava, a 24°S a frente policultura e subtropical vinda do Sul. O Mato Grosso meridional é o resultado atual

destas duas frentes pioneiras que, liberadas por uma boa parte de seus determinismos zonais e de suas heranças culturais, constituem uma das grandes mutações do Brasil agrário.

São as grandes fases destas confrontações dos pioneiros com os meios ecológicos que tencionamos estudar.

I – O Estádio Inicial: predominância do ecológico

Originalmente, o homem encontrou dois grandes conjuntos de formações vegetais no sul de Mato Grosso. Chamou-os, genericamente, de “mata” e “campo”. Ambas as formações oferecem obstáculos à penetração humana e sobretudo são dotadas de dinamismos bastante desiguais.

A mata é a floresta no sentido mais geral do termo. Para o explorador tradicional, este meio é o da colheita e da agricultura sobre terrenos queimados: a “roça”. Mas esta floresta é antes de tudo climática, isto é, composta de associações terminais de seres vivos, de biocenoses em equilíbrio com o clima e o biótopo. Sua localização no sudoeste de Mato Grosso é eloqüente, porque é neste setor que os efeitos hibernais da subida do ar polar atlântico pela grande calha do vale do Paraná acarreta precipitações suficientemente abundantes para anular parcialmente os efeitos da zonalidade tropical. No extremo sul nenhum mês conhece índice xerotérmico negativo. Assim, a mata é francamente ombrófila, se bem que de uma riqueza florestal menor que a da floresta atlântica. Esta se beneficia, com efeito, de temperaturas médias hibernais mais elevadas e não conhece as geadas que afetam, duas ou três vezes ao ano, o sul de Mato Grosso.

Entre os vales dos rios Embaracá e Ivinhema, a floresta, em mosaico com o cerrado e a savana herbácea, perde sua pujança e homogeneidade. Conforme os solos que a suportam sejam derivados de granitos (Caiuá) ou de basalto, ela abriga um número mais ou menos grande de espécies caducifoliadas e uma subfloresta mais ou menos clara. Um fato permanece entretanto: a maioria das espécies são sempervirentes e um pouco afetadas pela fragilidade relativa das precipitações durante apenas um mês de inverno. Esta formação vegetal, denominada

subperenefoliada, está pois perfeitamente “em casa” nessa região de Mato Grosso.

Reservou-se, enfim, o epíteto de subcaducifoliada à floresta mais estritamente valícola que faz a transição com a savana arbórea ao norte e a nordeste do rio Ivinhema, no alto vale do rio Dourados e em certos afloramentos da serra da Bodoquena. Em geral, os solos arenosos derivados dos granitos e os índices xerotérmicos negativos durante 3 meses de inverno explicam esta fisionomia florestal que marca a transição com as florestas secas e o cerrado do planalto central brasileiro¹.

Climática, esta floresta resistiu a duas formas de predação, embora leves, ocorridas antes que a colonização abrisse grossas clareiras a partir de 1937. Com efeito, o ecológico predominava, tanto que subsistiu à colheita comercial do mate organizada pela Companhia Mata Laranjeira. Fundada em 1872, esta sociedade exerceu um monopólio quase absoluto da colheita das folhas do *Ilex paraguaiensis* durante quase três quartos de século, graças às concessões do governo federal brasileiro, até 1947, sobre 60.000 km². Perfeitamente inserida no ecossistema florestal ao qual demandava somente uma ínfima parte de sua fitomassa, sem lhe amputar nenhuma de suas espécies, a companhia marcou um episódio pouco lisonjeiro no povoamento desta região florestal. Com efeito, de sua sede no Campanário, ao norte de Amambaí, ela dirigia os destinos de milhares de coletores, sobretudo paraguaios, disseminados na floresta. Antes que a concessão exclusiva da coleta lhe fosse retirada pelo governo brasileiro, a companhia constituía um verdadeiro Estado dentro do Estado. Governava ditatorialmente² e diz-se hoje, de bom grado, que era infinitamente mais fácil ali entrar do que de lá sair. Quaisquer que tenham sido as regras de trabalho e de vida surgidas espontaneamente neste rincão perdido e violento dos confins brasileiros hoje não resta, desta velha empresa, senão a clareira do Campanário com seu campo de aviação, suas quadras de tênis, suas opulentas casas de campo e seus imensos entrepostos abandonados, algumas tentativas de plantação de mate e uma complexa rede de pistas e que mergulham longe na floresta, às

¹ A respeito do assunto, ver o artigo de J. Koechlin, sobre a vegetação do Sul de Mato Grosso.

² Figueiredo, Alvanir de: “A presença geo-econômica da atividade ervateira”. Tese de Doutorado. Presidente Prudente. F.F.C.L. 1968. 453 p.

vezes marcados por sepulturas sumárias de curiosas lajes feitas de pedaços de latas partidas em forma de cruz gamada.

Traumatizante no plano humano, a Companhia Mate Laranjeira nada mais fez que roçar o ecossistema florestal. Quanto à abundância da mão-de-obra paraguaia, ela não poderia prosseguir sua vida errante nas florestas porque, desde o fechamento do mercado argentino, a colheita do mate permanece desprovida de interesse comercial. Muito pobre e instável para tornar-se colono, o trabalhador paraguaio tornou-se o trabalhador braçal por excelência dos desmatamentos florestais, ao lado dos humildes nordestinos.

Por sua vez, o agricultor não foi, nesta floresta, mais que um predador muito pontual. Parece que ele não passa de um “safrista” cultivador de “roças” de milho e criador de porcos. Hoje, mal se percebe sua ação, tão rápido e denso foi o crescimento florestal. Quando muito, pode-se atribuir-lhe algumas clareiras de “charrascal”, formações muito bem localizadas de arbustos espinhosos que sucederam à floresta depois de oito desarborizações sobre solos arenosos. Nas várzeas inundáveis na estação quente e nos varjões, depressões circulares de solos hidromorfos, a cultura do arroz era tradicional no sul de Mato Grosso. Cada fazenda procurava suas terras para aí cultivar o cereal indispensável à alimentação da família e dos “peões” dos criadores. A presença de um tapete gramíneo contido em algumas terras baixas talvez não seja estranha a esta prática que conseguiu fazer desaparecer toda vegetação arborizada de porte, aliás pouco densa ao natural, deste tipo de terreno.

Um fato permanece porém: o homem, coletor ou agricultor, conhecia mal seu meio ecológico. À exceção de alguns terrenos bem localizados, ele ignorava, em particular, os fatores limitantes que este meio podia opor à agricultura. A mata era, pois, este conceito muito global: deveríamos voltar aos pioneiros para descobrir todas suas nuances ecológicas.

Os campos, no sentido mais amplo do termo, foram determinantes na primeira forma de ocupação dos interflúvios descobertos dos reversos das *cuestas* de Maracaju e de Amambaí: a criação. Com efeito quaisquer que sejam suas variedades fisionômicas, os campos têm em comum o fato de possuir um tapete gramíneo que permite uma criação extensiva sem muito

manejo prévio. Aliás, o isolamento da região, que devia, no entanto, atrair muito criadores gaúchos após o “Terror” de 1893 no Rio Grande do Sul, não permitia outra atividade que não a criação, cuja produção era exportada viva para os Estados orientais. Desde então, qual poderia ser o impacto desta forma de atividade extensiva sem formações vegetais que, na latitude de Mato Grosso meridional, não são climáticas?

A sobrevivência de uma criação tradicional em alguns setores das pradarias situados entre Amambaí e Iguatemi e nas savanas do quadrilátero Campo-Grande-Nioaque-Ponta Porã-Rio Brilhante, autoriza uma resposta bastante precisa a esta questão.

O cerrado, ou savana arborizada, cobre vastos espaços na latitude de Campo Grande. Ao contrário, ele se reduz, de um lado, a algumas manchas entre a Serra da Bodoquena e a cuesta de Maracaju, e, de outro, no reverso desta, onde aparece em mosaico com a savana herbácea e a floresta. Ora, o clímax é inegavelmente florestal em toda esta zona. O argumento paleoclimático se impõe, como nos foi dado ver, a savana arbórea sendo somente uma forma relictual de vegetação adaptada inicialmente a um clima mais xérico³. O fato edáfico se acrescenta para explicar alguns cerrados da região de Amambaí sobre afloramentos argilosos particularmente pobres. Entretanto, parece difícil explicar desta maneira a transição cerradão-cerrado e o limite, muitas vezes nítido, que separa a savana arborizada das outras formações vegetais, floresta e campo-limpo (isto é, sobretudo herbáceo).

Este último, aliás, parece localizar-se de preferência sobre solos arenosos. Quando encontrado sobre os solos derivados dos afloramentos basálticos, como nos altos vales dos rios Dourados e Brilhante, sua presença parece se explicar pela profundidade da couraça laterítica, portanto do lençol freático. Mas, ainda aqui, a pobreza da flora desta savana herbácea, por vezes reduzida a algumas espécies de *Aristida*, não poderia explicar-se somente pelos argumentos paleoclimáticos e edáficos.

De fato, o homem e seu gado são responsáveis por certa degradação do ecossistema campo. Certo é que, a este respeito, a prática generalizada da queimada dos pastos contribuiu,

³ Figueiredo, Alvanir: “O extremo Sul de Mato Grosso”, pp. 168-256. In “Guia de excursões”. Iº. Encontro Nacional de Geógrafos. Presidente Prudente. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Julho de 1972.

inicialmente, para conter a progressão da floresta climática nos campos vizinhos, eliminando os arbustos e algumas espécies arborizadas de fácil propagação. Tradicionalmente, o criador queimava os campos-limpos não somente para limpar os pastos de todo recrescimento florestal, mas também para facilitar o crescimento do “capim branco”. (*Trachypogon*), espécie particularmente apreciada pelo gado. Intervindo no fim da estação seca (agosto a outubro), a queimada regenerava os pastos naturais por volta de seis meses. Em seguida, o gado procurava sua alimentação nos “varjões” úmidos, nos cerrados e nos bosques. Esta situação conseguiu evitar a presença de manchas de campos sujos, sem grande prejuízo da variedade de suas espécies nutritivas, tanto que a estrutura das terras permitiu as cargas relativamente baixas (2 a 4 hectares por cabeça de gado, conforme a qualidade das pastagens naturais) sobre a exploração de mais de 500 hectares.

Ao contrário, a divisão das propriedades por herança multiplicou as “pequenas” fazendas de menos de 500 hectares. Para passar este limiar era preciso vender e partir, ou ficar e aumentar perigosamente as cargas bovinas. O fenômeno do excesso de pastagem apareceu, pois, desde que este limiar foi transposto em muitas das fazendas de campos-limpos. Além da sensível diminuição das espécies mais desejáveis e da proliferação das plantas menos procuradas pelo gado, o fogo não encontrava mais no tapete gramíneo descontínuo as condições ideais para uma propagação uniforme. A consequência foi uma proliferação sem precedente de algumas espécies do cerrado e a transformação progressiva dos campos limpos em campos “grossos” incapazes de suportar cargas superiores a uma cabeça por 5 hectares.

Cumprir também recordar o papel verossímil do criador, em escala histórica, na diminuição da densidade das árvores do cerrado, do qual o cerrado atual seria uma forma empobrecida.

Entretanto, este empobrecimento não foi tão forte quanto em algumas terras da savana africana, que é infinitamente mais degradada, que foi por mais longo tempo ocupada e mais densamente povoada. Aliás, o criador atual do sul de Mato Grosso, longe de dominar o meio ecológico, está, ao contrário, estreitamente subordinado a ele, na medida em que seu gado depende quase que exclusivamente de uma parte da fitomassa natural da savana para sua alimentação.

Desde então, os sistemas de criação tradicional repousam inteiramente num princípio simples: manter o equilíbrio, variável segundo as estações, entre os pastos naturais e o rebanho.

É ainda muito empiricamente que o criador dosa a carga de seus animais em função dos ciclos vegetativos e das chuvas. No fim de fevereiro, quando os calores estivais diminuem, o fazendeiro é obrigado a reduzir o número de animais por unidade de superfície porque o crescimento das gramíneas se reduz até outubro.

Não obstante, é frequente que, durante o inverno, os animais emagrecem várias dezenas de quilos. Agosto e setembro são, a este respeito, meses críticos porque nessa época o criador procede à queimada geral a fim de limpar suas pastagens e acelerar o recrescimento vegetativo da primavera. Assim, durante 15 dias a 3 semanas, os animais enfraquecidos enfrentam um verdadeiro período de fome, embora a carga seja então de um U.G.B. para 6 hectares, contra uma cabeça por 2 a 3 hectares em período chuvoso e quente.

Não é surpreendente, nestas condições, que o crescimento do gado arrendado seja bastante fraco. As taxas de parturição, por exemplo, nunca ultrapassam 50%. Entre os pequenos exploradores o número relativamente pequeno de animais (100 a 200 cabeças por 500 hectares) permite uma boa vigilância do gado e evita as mortalidade excessivas por doenças e acidentes. E verdade, deste ponto de vista, que a obrigação de vacinar o gado contra a febre aftosa e a brucelose contribuiu de maneira decisiva para diminuir a mortalidade dos bezerros. Em compensação, nas fazendas mais extensas, onde o “rodeio” — ou reagrupamento semanal do gado — substitui a vigilância do pequeno explorador, estima-se que as perdas anuais de 8% para os bezerros e de 3 a 4% para os animais adultos constituem taxas de mortalidade normais.

Aliás, o equipamento das fazendas de criação continuou bastante indigente.

Assim, enquanto a divisão das terras em partes fechados é ainda muito insuficiente (5 a 6 por fazenda, em geral), nota-se que é dentro de um curral, bastante elementar, feito de grossas achas de lenha, que se praticam operações tão variadas como a marcação, a castração, a vacinação e, de uma maneira geral, todos os cuidados urgentes que o gado pode exigir. Os pastos

plantados são raros e exclusivamente reservados aos animais doentes ou enfraquecidos. Quanto aos sais minerais, são distribuídos para o gado somente em um pequeno número de pontos, raramente contendo todos os oligo-elementos necessários a um bom crescimento dos bezerros.

Em termos ecológicos, pois, estes sistemas de criação mostram que o criador incluiu somente consumidores de 1ª. ordem — os bovinos — em cadeias alimentares que não foram fundamentalmente perturbadas. Realmente, com base nas cadeias tróficas, os produtores continuam os mesmos: são as espécies do tapete herbáceo das savanas arborizadas, bastante empobrecidas, é verdade, pelo excesso de pastagem. As cadeias de consumidores, por outro lado, não foram destruídas sistematicamente. De sua parte, o criador tem apenas uma atitude de defesa, por sinal bastante insuficiente.

Em suma, menos que o coletor, certamente, mas muito mais que o agricultor, o criador dos campos permaneceu muito dependente do meio ecológico, cujos fatores limitantes ele conhecia mal.

Durante esta fase tradicional, fracamente representada hoje pela exploração do solo do sul de Mato Grosso, o ecológico predomina. Os pioneiros recém-chegados deviam transformar radicalmente suas relações.

II – O segundo estágio: o domínio do económico

A marcha pioneira “destruidora de riquezas naturais”⁴: tal é a segunda fase da valorização do sul de Mato Grosso. Aqui, entretanto, o avanço é a um tempo conquista e reconquista. É conquista pioneira nas florestas atingidas pela marcha na direção do Oeste, dos plantadores paulistas e paranaenses, “Homens por demais apressados”, ao qual “a economia do mundo pioneiro impôs uma técnica agrícola devastadora”. Isto de 1940 a 1965, mais ou menos. Mas ela é também reconquistada pelos homens do Rio Grande do Sul que, pelos fins dos anos 60, empreenderam transformar a exploração dos espaços criadores dos campos-limpos. Embora iniciados em datas diferentes e em

⁴ Monbeig, Pierre: “Pionniers et planteurs de São Paulo”. Libr. A. Colin, 1952. 376 p.

meios geográficos diversos, estes dois avanços têm em comum serem, no seu início, tipicamente predadores em relação ao meio ecológico. Mas trata-se apenas de um tempo, mais ou menos longo, ao qual sucederá esta “espécie de movimento de volta à marcha pioneira” que, suspeitada por M.P. Monbeig em 1950, hoje se revela plenamente nos espaços meridionais de Mato Grosso. Por ora, ater-nos-emos aos aspectos fundamentais da primeira fase, onde o económico é nitidamente dominante.

a) Colonos, sitiantes e fazendeiros de café nas florestas

Cronologicamente, é sob a égide de uma colonização dirigida que foram abertas as primeiras grandes brechas no ecossistema florestal. Aquilo a que se chama “colonização” em Mato Grosso consistiu, como nos Estados do Sul brasileiro, em loteamentos de terra florestal de uma superfície de 5 a 30 alqueires (o alqueire equivalendo a 2,4 hectares). Os colonos eram pequenos proprietários, rendeiros, fazendeiros, arrendatários das regiões de plantação vindos de outras regiões de plantação do Sul, ou simplesmente, trabalhadores agrícolas vindos das velhas regiões agrícolas do Leste ou do Nordeste brasileiros.

Os habitantes rurais mais desprovidos foram particularmente atingidos pela Colonização Agrícola Nacional de Dourados, que começou, em princípio, antes da Segunda Guerra Mundial, mas que só devia tomar-se efetiva a partir dos anos 40. Fiel ao mito da inesgotável fertilidade das terras florestais, a iniciativa oficial não podia ignorar a grande floresta valícola do alto curso do rio Dourados, afluente do rio Vacaria. Uma superfície de 2677 km² foi distribuída gratuitamente. Os “sem terra” vindos do Nordeste foram os mais numerosos a procurar refúgio nesta região isolada do Sul de Mato Grosso.

O isolamento inicial, a instabilidade e as técnicas agrícolas primitivas dos nordestinos jamais favoreceram a implantação desses “novos colonos”. O fósforo e o machado abriram as “roças” fornecedoras de víveres e os primeiros cafezais.

Estes, infelizmente, deviam sofrer muitas geadas nos anos 50. Muitos colonos desanimados partiram então à procura de

novas terras ao norte do Estado de Mato Grosso. Aqueles que permaneceram tentaram por vezes uma reconversão de suas culturas comerciais adotando, por exemplo, o algodoeiro. Paralelamente, eles conservavam suas culturas fornecedoras de víveres (milho, mandioca, feijão, arroz), mas as limitações ecológicas em breve apareceram: doenças do algodão, depois esgotamento dos solos cultivados sem afolhamento. Os setores areníticos foram os mais afetados por uma nova onda de abandonos, enquanto as terras novas derivadas de basalto retinham por mais tempo seus ocupantes iniciais. Algumas vezes, onde quer que tenha subsistido, o lote colonial tornou-se pobre, a imagem dos humildes casebres de pau-a-pique, de achas de lenha e de tábuas que se escalonam hoje ao longo das pistas em alguns setores isolados da colônia. As aldeias, os “patrimónios”, mais ou menos planificados inicialmente, não passam de elementares centros de serviços comerciais, onde o bar-armazém é ainda rei, signo evidente da empresa económica do comerciante sobre um pequeno mundo rural mal implantado”.

Mais recentes, as companhias privadas de colonização compraram, seja do Estado, seja de particulares, grandes superfícies de floresta, de um e outro lado dos principais afluentes da margem direita do Paraná (rios Pardo, Três Barras, Samambaia e Ivinhema). Inspirando-se em modelos de colonização paulistas ou paranaenses (em particular na Companhia Melhoramentos Norte Paraná), essas empresas procederam a reconstruções topográficas a fim de delimitar lotes de uns trinta hectares servidos por uma rede de pistas de interfluxos apressadamente abertas. O objetivo fundamental era vender lotes em duas ou três anuidades com entradas de 30 a 40% do preço total. Assim nasceram, durante os anos 50, os centros de colonização da Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, que comprou do tcheco Jan Bata cerca de 6000 km² de terra hoje repartida entre os municípios de Bataiporã, Anaurilândia e Bataguçu. As florestas-galerias dos afluentes do Rio Paraná (Quebrados, Quiteroi, Três Barras, Samambaia) foram divididas em lotes de cerca de 25 hectares que se destinavam aos pequenos agricultores. Os setores de savanas, ao contrário, foram vendidos a criadores sob a forma de grandes fazendas de criação que chegavam a ultrapassar 7000 hectares. A Companhia Moura Andrade, depois de haver colonizado a região de São Paulo, à qual deu seu nome (Andradina) encontrou nas altas bacias

dos rios Samambaia, São Bento e Inhanduí-Guaçu uma outra razão de negócio e de culto da personalidade (Nova Andradina é a sede desta colonização). A Companhia Melhoramentos e Colonização S.A. ou SOMECO devia, por sua vez, lotear as terras florestais do vale médio e inferior do rio Ivinhema, entre os domínios de Bata e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Todas essas companhias e os pequenos centros de colonização mais modestos que os circundam (em Naviraí, Caarapó, Rio Brillhante) conheceram uma evolução mais ou menos similar. Dadas as condições de compras, não são os habitantes rurais miseráveis que procuraram refúgio nessas terras do Sul do Mato Grosso, mas agricultores que dispõem de um pecúlio suficiente para pagar a mensalidade inicial que dá acesso à propriedade. Então, quando não eram arrendatários ou colonos parceiros vindos de regiões de plantações do Oeste de São Paulo e do Nordeste do Estado do Paraná, esses novos colonos eram descendentes de policultores europeus de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e quando os lugares de nascimento evocam hoje origens humildes nordestinas, isso não significa forçosamente que esses agricultores vieram diretamente do Nordeste. Ao contrário, um bom número deles chegou a Mato Grosso após uma longa estadia no Estado de São Paulo.

Em sua maioria provenientes de regiões de cafeicultura, esses colonos adotaram naturalmente o café como planta comercial desde sua chegada na região. As novas terras autorizavam a esperar ricas colheitas e, quem sabe, lucros para montar um dia não mais um sítio de café, mas uma fazenda de muitas centenas de hectares.

Infelizmente essas pequenas plantações de camponeses tiveram o mesmo destino da Colônia de Dourados: repetidas geadas as comprometeram, tanto quanto a queda dos preços do café depois de 1962. Mas, enquanto uma evolução bem parecida à de Dourados obrigou os meeiros, os colonos mais obstinados a restringir suas culturas comerciais a plantas conhecidas e ecologicamente melhor adaptadas (algodoeiro e plantação de amendoim), conservando a gama clássica das culturas fornecedoras de víveres, não se vê, em 1975 colonos recém-chegados retomarem exatamente as mesmas técnicas de culturas sobre terrenos queimados nas terras florestais da SOMECO e aí instalar roças onde, no meio de plantas jovens

de milho, feijão, mandioca, sésamo e arroz, dedicar já um cuidado particular às covas de cafezais? Inverossímil otimismo de pequenos plantadores? Eterna fé na fertilidade de terras novas? Simples apego a uma tradição cafeeira que, apesar das adversidades mostrou os seus méritos? Qualquer que seja a explicação que se possa dar a esta fidelidade a uma cultura que, não obstante, se sabe ecologicamente inadaptada, o erro se perpetua e com ele a instabilidade do povoamento, a ruína dos meios naturais por erosão e secagem dos solos, a ruptura dos ciclos biogeoquímicos sobre imensas superfícies.

A atitude do grande plantador de café nessas terras florestais do Mato Grosso Meridional foi mais conforme ainda ao modelo paulista do desmatamento pioneiro, isto é, brutal e temporário, desta vez, a unidade de exploração era a fazenda, isto é, a grande plantação, como ela existia no Oeste Paulista antes que o esgotamento das terras arenosas a faça desaparecer em favor da grande fazenda de gado de pastagem. São precisamente plantadores desta última região que, no início dos anos 50 atravessaram o rio Paraná e desmataram as florestas da vertente ocidental da bacia. Na ausência de estradas e de ferrovias sobre os espigões, o povoamento progrediu ao longo dos grandes eixos fluviais nas florestas valícolas dos rios Amambaí, Laranjal, Curupaí e Ivinhema.

Apesar da malária e a extrema precariedade dos transportes, a fazenda de café se instalou principalmente nos solos derivados de basalto, não longe dos cursos de água.

O corte e a venda das madeiras precederam, às vezes, a implantação dos pioneiros. Todavia na maioria dos casos esses redescobriram as técnicas tradicionais do desmatamento e da queimada para conseguir grandes propriedades em terras compradas ao Estado de Mato Grosso ou a algum grande proprietário não muito absenteísta. Durante esta fase de implantação a mão-de-obra de origem paraguaia foi arregimentada por enérgicos chefes de equipe para os duros trabalhos de desmatamento.

Após 1960 principalmente, os cafeicultores do Paraná vieram engrossar o número de pioneiros, quando as terras do Norte Novíssimo, sobre granito Caiuá, se mostraram incapazes de suportar as plantações de café durante mais de 15 anos. Um bom número de sitiantes, proprietários de 30 a 100 hectares

escolheram então a solução da migração em direção das terras novas, onde eles podiam adquirir de uma só vez uma fazenda de café.

Paulistas e paranaenses instalaram assim na terra do Mato Grosso a muito clássica exploração da cafeicultura dirigida por um gerente e repartida entre diversos meeiros ou arrendatários. Na fase inicial da plantação, pratica-se muito o contrato de plantio de café pelo qual os colonos responsáveis pelas parcelas das novas culturas permanentes podiam, durante os 4 primeiros anos cultivar plantas alimentícias entre as fileiras dos cafezais e, além disso, guardar para si a primeira colheita das árvores jovens.

Ora, em 1965/66, isto é, dez a quinze anos após a sua instalação, a plantação de café do Sudeste do Mato Grosso está em declínio. Tal como nas colônias, as razões foram a baixa dos preços do café a partir de 1952 e uma série de adversidades climáticas que deviam culminar com a forte geada de 1965. Ainda uma vez, então, um dos fatores limitantes fundamentais, era de ordem ecológica. Mas, no caso dessas grandes plantações, as consequências desse declínio não foram as mesmas que nas colônias. As terras abandonadas, ao menos por um tempo, foram logo retomadas pelo descanso da terra florestal, muito vigoroso no sul onde a floresta sempervirente é climática.

A degradação dos solos foi aí mais limitada que nos setores coloniais de policultura onde os lotes dos migrantes, vendidos aos comerciantes locais, ou a outros colonos mais estáveis, continuavam a suportar associações cansativas de culturas. Por outro lado, do ponto de vista da ecologia humana, o abandono dos cafezais, grande consumidor de mão-de-obra, devia liberar todo um proletariado rural mal fixado à terra. Desde então, ao término dessa fase de ocupação do solo florestal, onde a economia pioneira fracassou ou se implantou fracamente às custas de um ecossistema destruído, pressente-se o que deveria ser a evolução posterior: sistemas de exploração capazes de compor com um meio ecológico cujas limitações, infelizmente, continuam pouco conhecidas.

b) Os granjeiros e a reconquista dos campos dos criadores tradicionais

Esta fase onde o fato económico tratou brutalmente o ecológico, é reencontrada nos campos a partir de 1969. Os pioneiros vêm desta vez do Sul do Brasil. São os granjeiros, grandes fazendeiros agricultores que constituem desde os anos 50 a classe rural mais dinâmica das pradarias do Rio Grande do Sul. Aí, após muitas vicissitudes, conseguiram impor suas explorações de culturas de cereais mecanizadas ao ponto de fazer desaparecer quase totalmente os criadores gaúchos tradicionais. O sucesso da rotação trigo-soja é tal que o preço das terras e das fazendas atingem valores quase proibitivos. Ora, os novos candidatos à grande cultura dos campos são ainda numerosos. Aqueles que já tomaram conhecimento da novidade sabem que aproveitando os créditos muito generosos do Banco do Brasil, podem crescer e satisfazer seu imenso apetite de pioneiros.

A terra falta no Sul. Deve-se achar em outro lugar, menos cara e nova. Em Santa Catarina, as terras de campos são pouco extensas e frequentemente pouco favoráveis à mecanização, em razão da topografia acidentada. No Paraná os campos são maiores, mas já em volta de Ponta Grossa e de Guarapuava, os autóctones empreenderam trabalhar as pradarias para cultivar trigo e soja. A mais elementar das observações, o mais forte gradiente imobiliário designava então os campos limpos do Mato Grosso meridional como as únicas terras disponíveis aparentemente aptas a receber a grande cultura nascida no Sul do Brasil.

Isso foi suficiente para orientar os granjeiros gaúchos para as novas terras descobertas nos municípios de Amambaí, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Nioaque. Em 1969 foram sete a se aventurar; em 1970, 70; em 1971, 320. Em 1975 seu número ultrapassa o milhar. Esta progressão parece indicar um sucesso fulminante. No entanto, ainda aqui reencontram-se as fases clássicas das conquistas pioneiras e, em particular, a primeira, aquela onde a economia dominante destrói os meios naturais a ponto de comprometer a implantação e o seu aproveitamento futuro.

Aliás, os primeiros agricultores — os dos anos 1969 e 1970 sabiam muito pouco a respeito dos campos do sul de Mato

Grosso, fora de seus valores venais, dez vezes inferiores, pelo menos aos do Rio Grande do Sul. Aparentemente, os meios ecológicos eram os mesmos; os solos arenosos sobre granito ou as terras argilosas (as terras roxas), sobre basalto, as pradarias empobrecidas e invadidas de *Aristida pallens* eram velhos conhecidos. Esses neopioneiros vindos duas ou três vezes em reconhecimento antes de migrarem, ignoravam a seca dos invernos matogrossenses e a presença de uma camada laterítica a uma profundidade mais ou menos grande do solo. Por ora, sabia-se que a terra estava disponível, que não era cara (Cr\$ 20,00 o hectare em 1968, menos de Cr\$ 200,00 em 1970). E principalmente, o Banco do Brasil aceitava financiar as novas culturas com a mesma generosidade que no Rio Grande do Sul. Aí estavam as razões amplamente suficientes para justificar a tentativa pioneira...

Os dois primeiros anos assistem a depreciação imobiliária dos criadores. As proposições de compra que lhes fazem os granjeiros são tanto mais tentadoras quanto até então ninguém havia oferecido tanto dinheiro por pradaria onde se sobrevivia com dificuldades cada vez maiores. Assim, no fim de 1971, contavam-se 84% de proprietários entre os novos agricultores, da pradaria, estabelecidos em volta de Dourados⁵. A superfície das granjas eram em média de 650 hectares, portanto duas a três vezes mais importantes que a de seus homólogos riograndenses. O material, a semente, uma parte dos empregados especializados (mecânicos, motoristas) vêm do Sul. A largada é pois imediata. O resultado é decepcionante. O fracasso é logo consumido pelos raros agricultores que preparam as pradarias sobre solos derivados dos arenitos Caiuá no município de Amambaí. Alhures, nas terras roxas do reverso da *cuesta* de Maracaju o trigo vai mal em consequência da excessiva seca dos invernos.

Os rendimentos máximos raramente ultrapassam 10 Qx/ha. Alguns fracassos são reveladores de um desconhecimento do meio ecológico. O obstáculo da camada laterítica, a pequena profundidade, explica as más colheitas das terras semeadas situadas perto dos varjões. O endurecimento superficial dos solos argilosos atrapalha o crescimento do trigo no fim da estação seca (setembro-outubro). Ao contrário, a soja dá bons resultados

⁵ Dados extraídos dos fichários dos fazendeiros inscritos na Cooperativa Triti-soja de Dourados. 1975.

nos solos derivados dos basaltos. O calor e as chuvas abundantes do verão explicam os razoáveis rendimentos de 15 a 20 Qx/ha.

Esses pioneiros durante os dois ou três anos posteriores à sua chegada tiveram manifestamente tudo a aprender de um meio ecológico que conheciam muito superficialmente. E, mais, esses recém-chegados estavam mal equipados, pois suas máquinas adaptadas às explorações de 200 ha em média do Sul, mostraram-se insuficientes para as novas explorações. O crédito era fácil, certo, mas demanda tempo, pois as agências do Banco do Brasil são ainda pouco numerosas. O ambiente tecnológico era nulo ou precário, em particular para a secagem e a estocagem das colheitas.

Os anos de 1970 e 1971 são portanto ainda incertos. A esse respeito, a situação dos granjeiros equivale a dos cafeicultores das florestas do Sudeste nos anos 1965/66. Menos dramática, felizmente. Mas a prova é feita do insucesso, parcial ou total, das simples transferências dos sistemas agrícolas conhecidos e dominados em outros meios ecológicos.

Para todos os pioneiros, então a fase posterior devia ser necessariamente aquela de uma adaptação a esses meios ou de um abandono puro e simples.

III – O terceiro estágio: o económico sobre suporte ecológico

A essa fase, não somente os meios naturais mas também as heranças económicas e tecnológicas, as mentalidades, as dinâmicas dos grupos sociais novos, portanto a maior parte dos componentes da ecologia no sentido mais global do termo terão o papel vital.

Os granjeiros procuram sedentarizar-se. Aliás teriam eles outras soluções? A volta às terras riograndenses é difícil. Mais ao norte só encontram florestas e cerrados, duas terras mal adaptadas à mecanização e mal conhecidas. Seria pois ao mesmo tempo custoso e perigoso querer conquistá-las muito depressa. Enfim, a gestão de uma fazenda mecanizada e largamente endividada é muito pouco compatível com o absenteísmo.

A opção maciça para o habitat local se traduz, durante os anos 1972 e 1973, por uma série de novidades. Trata-se primeiro da escolha das terras que se manifesta por uma ocupação maciça

do reverso basáltico da “cuesta” de Maracaju, ao longo dos grandes eixos rodoviários e sempre nos campos limpos de Campo Grande e Maracaju, de Dourados e Ponta Porã, de Amambaí a Dourados. Escolha das culturas, a seguir, onde a preocupação ecológica é evidente. O trigo, sempre cultivado no inverno, produz colheitas irregulares; mas o granjeiro não o abandona, pois o Banco do Brasil continua a financiar sua cultura. Em contrapartida, as superfícies consagradas à soja aumentam consideravelmente. O arroz, enfim, aparece como grande cultura mecanizada nas terras secas das colinas, com mais ou menos sucesso no início. Pois esses agricultores do Sul do Brasil só conhecem a cultura do arroz irrigada. Precisam, assim, habitar-se à cultura do arroz de sequeiro, cujos exatos calendários ignoram, bem como as formas específicas de cultura. Dessa forma, no outono de 1974, não era raro observar enormes superfícies onde o arroz, mal granado, sequer fora colhido!

Durante essa segunda fase de implantação, torna-se ainda evidente que a fertilidade dos solos dos campos do sul de Mato Grosso necessita uma renovação, depois de dois ou três anos de cultivo seguido de trigo ou soja. A aplicação de adubo é tão fácil que os granjeiros do Rio Grande do Sul praticam a fertilização química já há duas décadas. Experiência similar, no domínio da luta contra as doenças e os insetos, facilitará o combate, a tempo, às diversas “pragas” do trigo e da soja. Quanto ao arroz, está por ser feito o aprendizado do combate, sendo que bom número de granjeiros fracassam em suas primeiras experiências.

Essa nova comunidade de agricultores, que desde o início estão se preocupando em conservar o biótopo, em escolher e proteger suas culturas contra as inevitáveis infestações de predadores (liberados pela ruptura das cadeias tróficas), já não é mais, portanto, composta de pioneiros voltados apenas à imediata rentabilidade. Ademais, o crescente equipamento das fazendas o prova: para 300 e 400 hectares explorados, os granjeiros possuíam, em 1972, uma média de três tratores equipados e uma automotriz combinada de grande capacidade⁶. Não habituando estavelmente sua fazenda, o granjeiro escolhe

6 Falloux, François: “O fenômeno trigo-soja, consequências e problemas para o desenvolvimento rural da região Sul de Mato Grosso”. 1972 S.A.T.E.C. e Governo do Estado de Mato Grosso. 47 pp. e Anexos.

domicílio nas cidades vizinhas e, em particular, em Dourados. Nos locais de cultivo, entretanto, ele constrói um grande barracão para as máquinas e abrigos para as colheitas e os sacos de adubo. E, acima de tudo, ele lança as bases de um cooperativismo que rompe com o individualismo do pioneiro. Em fins de 1972, a Cooperativa Triti-Soja de Dourados já contava 276 associados. A de Maracaju (Cooperativa Agropecuária Mista de Maracaju Ltda.) renascida, em 1971, das ruínas de uma pequena cooperativa de consumo local. Ela foi retomada por granjeiros de origem italiana do Rio Grande do Sul. Quatro anos depois, ele já contava com 450 associados.

Semelhantes inovações não podiam deixar indiferentes a tradicional sociedade dos criadores. Estes irão se adaptar de duas maneiras às novas condições de exploração da terra de campo. A primeira é, evidentemente, económica. Após o desinteresse imobiliário inicial, o criador manifestou o clássico reflexo do proprietário diante de uma modificação exógena rentável: procurou particular financeiramente dessa modificação mediante a renda imobiliária. Assim, já não vende, aluga suas terras. Generaliza-se um contrato segundo o qual o granjeiro-fazendeiro deve entregar 5% do valor de suas colheitas ao proprietário-criador. Depois, mais rapidamente, outra novidade apareceu, fundamental do ponto de vista da ecologia agrícola: o contrato dito de “formação de pastagem” especifica que o fazendeiro, ao seu final, deve devolver a terra semeada de forragem artificial. Nesse estágio, portanto, o criador não renuncia à sua especialidade, mas pensa em aprimorá-la com a cultura das gramíneas. Estas, além de tudo, não consistem no *panicum maximum* que se generaliza, como se verá, nas florestas vizinhas, mas no “jaraguá” (*Hyparrhenia rufa*), tida por melhor adaptado aos “campos limpos”.

Vemos que o suporte ecológico está presente por toda a parte e por toda a parte é compreendido. O agricultor recém-chegado transforma as relações tradicionais do homem e da terra procedendo ou à inversão pura e simples dos modos de exploração ou à melhoria indireta dos sistemas de criação já existentes. Pressente-se qual será a última fase: o *habitat* definitivo e de autênticos sistemas ecológicos “ager”, onde a agricultura e a criação se apoiarão mutuamente. Por enquanto, todavia, três ou quatro anos depois das primeiras incursões

pioneiras, subsistem problemas que são, todos eles, de ordem ecológica. Dizem respeito à adaptação definitiva do explorador ao solo e às novas culturas e, de maneira geral, à sua inserção tanto no ambiente físico quanto na sociedade tradicional.

Nas florestas, as dificuldades são de outra ordem e de outra dimensão. O explorador é, ou um pequeno policultor ou um absenteísta, paulista ou paranaense, dono de imensas glebas de vários milhares de hectares de floresta. Ao fim dos anos 60, a terra florestal ainda está barata no sudeste florestal de Mato Grosso. Malgrado os fracassos dos cafeicultores, o gradiente imobiliário é elevado entre Mato Grosso e os setores ocidentais dos estados de São Paulo e Paraná; tão elevado que novos candidatos a grandes fazendas não param de chegar.

Mas sabe-se que a era do cafeicultor já se encerrou. O primeiro motor clássico estando já fora de funcionamento, cumpre modificá-lo localmente ou transportá-lo alhures, a um espaço de melhor adaptação. Ambas as soluções serão adotadas. Uma e outra se distinguem por idêntica procura: adaptar as visões económicas do pioneiro ao suporte ecológico.

Mudar de espaço para continuar aí a mesma plantação era uma solução tanto mais apetecível quanto o governo, ele próprio, encorajava os cafeicultores mal-sucedidos a se instalarem nas inúmeras terras novas que ele julgava economicamente aptas à rubiácea. Tratava-se, da parte dos poderes públicos, de uma orientação nova, da qual a serra de Bodoquena nos oferece atualmente uma interessante aplicação.

Terra distante, Bodoquena estava ainda, em 1970, aureolada desta mística pioneira que gera as grandes arrancadas de povoamento do Oeste brasileiro. O Instituto Brasileiro do Café (IBC) declara-a bastante propícia à plantação. A altitude, superior a 600 metros, parecia afastar dali os riscos de geadas. As rendzinas derivadas de dolomitas, silurianas que constituem o reverso da “cuesta” acima de depressão do Pantanal prometiam um fácil crescimento da rubiácea. O IBC tomou a iniciativa do povoamento, financiando, a longo prazo, novas plantações de café. Mas — erro grave de cálculo ou fruto de mera combinação — os créditos concedidos por aquele instituto excederam tanto os custos reais das plantações iniciais que permitiam não apenas cobrir as despesas efetivas de uma instalação pioneira, mas também adquirir vastas superfícies de boa terra, então pouco

cotadas (Cr\$ 500,00 o hectare - 50 francos). Semelhante generosidade tinha com que seduzir os pioneiros! Em 1971, os desmatamentos começavam, em massa. Ao lado de grande número de famílias de pequenos plantadores, alguns grandes fazendeiros empreenderam a plantação de várias centenas de milhares de pés de café no elevado reverso da “cuesta”. Um contrato de arrendamento de 6 anos era oferecido aos menos providos que se instalavam com a família nas terras recém-desmatadas. Vantajoso na medida em que permita aos colonos cultivarem para si próprios plantas alimentícias entre as ruas dos novos cafeeiros e possibilitavam a partilha à meia do produto das colheitas de café a partir do quarto ano, esse contrato deixava, pois, entrever um povoamento rápido, muito parecido ao do Oeste Paulista do começo do século.

Todavia, erros tão lucrativos duram pouco. Desde 1973, o Instituto Brasileiro do Café apertou os cordões da bolsa, enquanto as novas plantações, ainda frágeis, exigiam inúmeros cuidados caros. Ora, a primeira safra, bem modesta, não poderia ser obtida antes de 1974 ou 1975. Instalou-se a crise, tão banal. E ao passo que, nos confins do oeste, Bodoquena ainda guarda todo o seu atrativo para os candidatos a terra nova, o espetáculo que hoje ela oferece é de uma terra pouco atraente, de plantações semi-abandonadas. Apenas uns quantos grandes proprietários, sobretudo paulistas, resistiram. A fazenda *Califórnia*, com 3.300 hectares e dois milhões de pés de café, é uma delas. Notável por sua organização de tipo capitalista, esse estabelecimento emprega 130 famílias de colonos e meeiros, cujos trabalhos são fiscalizados por dois capatazes. Seu proprietário absenteísta dirige a fazenda de São Paulo, pelo rádio. Mas os plantadores em dificuldades são bem mais numerosos. Verdade é que a situação dos que puderam tornar-se proprietários de terra tão facilmente não é catastrófica, pois de 1971 a 1975 a terra de floresta no mínimo decuplicou de valor na serra de Bodoquena.

Quanto aos pequenos plantadores, não raro partiram para outras terras de colonização recente de Mato Grosso (Barra dos Bugres, Cáceres) ou adotaram outras plantas comerciais. A Colônia Muraria, por exemplo, que fora instalada pelo Estado — há apenas alguns anos numa depressão calcária de terras férteis e sempre úmidas (uma “furna”) — generalizou assim, de

maneira feliz, pequenas plantações de banana, cuja produção é evacuada para o povoado de Miranda (3.400 habitantes em 1970).

Paralelamente a esse sucesso mitigado de uma frente pioneira, 'que se pretendeu dirigir com vistas a evitar os costumeiros desastres ecológicos, uma verdadeira inversão dos gêneros de vida surge nas florestas climácicas do Sudeste de Mato Grosso. Os cafeicultores reconversos e, sobretudo, os novos pioneiros, aí abatem a floresta para instalar a grande fazenda de criação extensiva com forragens artificiais de "colonião" (*Panicum maximum*). Assim fazendo, os novos fazendeiros instalam em terras virgens um sistema de exploração que, em São Paulo e Paraná, tinha surgido depois da passagem generalizada e do fracasso da frente cafeicultora. Em Mato Grosso, esse fracasso só se confirma localmente. Mas, já experimentados a maior parte dos pioneiros decide desta vez cercar a evolução clássica e saltar a fase de plantação, ecologicamente inadaptada, em proveito da criação, que fora até então uma simples forma de recuperação de uma distante hinterlândia agrícola pioneira. Dessa forma, com exceção dos raros casos dos primeiros arroteadores que, de início, tentaram plantar, a maioria dos exploradores atuais das florestas adota sistemas de exploração conhecidos como relativamente mais compatíveis com o biótopo florestal.

Certo é que o pioneiro devastador do ecossistema florestal se acha ainda presente., e estamos hoje longe do homem inserido que era o colhedor de mate.

Sobrevoar o Sudeste de Mato Grosso, em 1975, permitia contemplar o triste espetáculo da desordem característica da orla pioneira viva. Aqui, uma imensa clareira prematuramente desmatada, atulhada de troncos, eriçada de montões de ramos e raízes. Acolá, pastos perfeitamente uniformes com limites geométricos, cuidadosamente cercados de arame e ornados com açudes circulares. Mais além, algo que foi uma clareira, e agora não passa de um imenso terreno abandonado ao vigoroso recrudescimento do mato. Por vezes, campos de algodão ou de milho. Não existe propriamente uma frente pioneira, mas vazios de muitos milhares de hectares entre os quais a floresta está intacta.

Mas, ao fundo dessa paisagem pioneira, aparentemente rústica, distinguem-se alguns princípios simples de localização.

A fazenda de criação escolheu de início seus pontos de apoio. A estrada, mesmo precária, nunca está distante. É certo que a estrada não provoca um desmatamento contínuo, mas nota-se que as massas florestais, até aqui poupadas, situam-se sempre nos espaços deixados pela rede rodoviária que interliga as principais aglomerações urbanas (Iguatemi, Amambaí, Caarapó, Naviraí). Ademais, em torno desses núcleos primários, os desmatamentos afetam a forma de toscas auréolas em que a floresta está reduzida a ilhas ou a galerias ao longo dos principais cursos de água.

A nova fazenda de criação também escolheu de forma rudimentar seu terreno. Ela evita, sistematicamente, os fundos de aluvião ou as grandes depressões circulares dos “varjões”. Ela ultrapassa raramente o limite campo-floresta, a ponto de deixar intactas as orlas de floresta degradada que constituem, por alguns quilômetros de largura, a transição entre as duas formas de vegetação. Com essa deliberada escolha da floresta tropical, o novo criador do Sul de Mato Grosso ilustra bem sua recusa a velha tradição da criação em savanas!

No entanto, a imensidão das superfícies desmatadas, as milhares de cabeças abrigadas por cada fazenda de criação surpreendem um pouco. Serão todos esses fazendeiros donos de grandes fortunas de São Paulo ou do Paraná para, assim, se permitirem povoar tão rapidamente, com zebus, milhares, e, às vezes, dezenas de milhares, de hectares? Nem sempre é assim, e aqui descobrimos todo o segredo da frente pioneira brasileira, o qual consiste precisamente nos cálculos e meios que esses homens imaginam para lograr uma grande exploração a partir de um investimento inicial relativamente pequeno. Na origem, existe essa floresta que, ainda em 1972, se vendia a Cr\$ 500,00 o hectare. O próprio desmatamento é financiado por certos órgãos de crédito ou, com maior frequência, realizado pelo intermediário agricultor. No primeiro caso, o banco não hesita em correr os riscos de um financiamento a médio prazo, pois, além de tomar em hipoteca a terra que ele sabe destinada a uma rápida valorização, não ignora que o primeiro venderá bastante madeira às serrarias e daí retirará um substancial lucro. O recurso ao agricultor é mais raro, pelo menos no estágio de desmatamento. Ao sul de Naviraí, no entanto, famílias japonesas

agrupadas em cooperativas aceitaram um contrato mediante o qual desmatam centenas e centenas de hectares cedidos por seu proprietário sem recursos, obtendo o direito de cultivar neles o algodão, pelo espaço de três anos. O criador exige, por seu lado, a devolução das terras desmatadas e cultivadas na forma de pastagens artificiais, findo o contrato. Certas empresas de colonização privadas também montaram aos poucos fazendas de criação de milhares de hectares dividindo suas terras em duas partes: uma vendida sob a forma de lotes aos colonos, outra desmatada e explorada progressivamente pela criação, valendo-se dos lucros auferidos com a venda daqueles lotes.

No estágio da cultura de forragem, o intermediário agricultor se generaliza. O contrato mais comum consiste em instalar meeiros nas terras desmatadas durante dois ou três anos. O produto das colheitas de milho e arroz — e, mais raramente de algodão — é dividido em partes iguais entre os agricultores e o proprietário. Este encontra assim os recursos necessários para adquirir sementes de forragem, que serão espalhadas pelos meeiros nos campos de cultura, ao fim do contrato. E, caso ele não possua gado, o candidato criador poderá já consagrar o resto desses ganhos indiretos à compra de alguns animais.

Em todos os casos, no final de dois ou três anos, o proprietário se acha à frente de um estabelecimento apto a praticar a criação extensiva com forragem artificial. Não terá, dessa maneira, desembolsado senão um capital diminuto para alçar-se à invejável condição de criador. Quanto à compra de animais, à construção de currais e edificações destinadas à exploração, fica geralmente por conta dos financiamentos bancários. No Brasil, quem oferece boas terras como garantia pode obtê-los com facilidade. Em suma, a essência do sistema repousa sobre uma associação do capital imobiliário com uma força de trabalho largamente disponível e bem pouco exigente.

IV – Atualmente: rumo a novos espaços ecológicos

Em 1975, é difícil afirmar que existe uma nova ecologia no sul de Mato Grosso. Não obstante, é certo que a expansão

dos agricultores pelas pradarias tende hoje para a implantação de verdadeiros sistemas ager” em que o homem afirma seu domínio sobre um biótopo que ele não esgota mais, porém conserva e até recupera. Em contraposição a esta sociedade que vai se instalando definitivamente, o criador vê-se bloqueado. Em grande parte, as florestas prematuramente arroteadas não passam, em realidade, de terra de nordestinos, de zebus e de “colonião”

a) O bloqueio dos criadores pioneiros

O bloqueio é, inicialmente, ecológico. A floresta climácica, com efeito, opõe uma resistência imprevista ao sistema Panicum-zebu. O recrudescimento do mato reveste aí, em particular nas florestas sempervirentes do sudeste, um tal vigor que os pastos de “colonião” se vêem, de três a cinco anos após sua formação, abafados por uma vegetação secundária açambarcante. Ora, os planos de gestão, frequentemente empíricos, de inúmeros fazendeiros, semelhante forma de recuperação de pastagens não estava prevista. Seguem-se perigosas quedas de produtividade que comprometem o equilíbrio financeiro das explorações pioneiras. Os criadores são os únicos a se beneficiar de uma margem suficiente de recursos pessoais ou de um sólido crédito bancário, podendo assim fazer face a tais despesas. E, nesse caso, eles o fazem com aquela decisão e inteligência prática que parecem caracterizar os descendentes dos antigos bandeirantes. Muitos, por exemplo, apelaram para a pulverização aérea de desfolhantes, cujos resultados tão espetaculares como no Vietnã, foram por vezes assaz inesperados, como veremos logo. Outros, mais cientes dos perniciosos efeitos provocados por semelhantes práticas, imaginaram soluções técnicas astuciosíssimas. E o caso do criador-proprietário da Fazenda Santa Adelaide (município de Iguatemi) que construiu um possante cortador ...com um diferencial de caminhão, que ele munuiu de enormes pás de aço capazes de cortar e esmagar os brotos mais inacessíveis.

Mas o apelo às soluções mecânicas ou químicas não é geral, pois vários proprietários ainda recorrem às turmas de

“volantes”, trabalhadores nordestinos a quem se confia o árduo labor de limpar os pastos. Triste espetáculo, em verdade, o desses trabalhadores temporários, recrutados por inescrupulosos “gatos” (chefes de turmas) que os vão procurar nas cidades ou à beira das estrada mediante salários de miséria. Assim, em 1974, o desmatamento e a semeadura de um alqueire se pagavam com Cr\$ 7.000,00. Não nos compete analisar tais sistemas de trabalho, que além do mais fazem parte da conquista pioneira tanto quanto as mais audaciosas empresas que provocam a admiração do europeu de vida segura. Em contrapartida, para o nosso propósito, que é o de avaliar o impacto desses empreendimentos sobre a ocupação e a organização do espaço, torna-se bem difícil concluir pela consolidação desse domínio pioneiro. O absenteísmo generalizado daqueles a quem cabem as decisões, a incerteza do estatuto e do *habitat* da mão-de-obra braçal geraram até agora, nas florestas, sistemas pluricelulares, ao mesmo tempo independentes espacialmente e dependentes economicamente das regiões localizadas à retaguarda, estabilizadas, donde partem tanto as idéias quanto os capitais.

A cidade pioneira ilustra de forma cabal a precariedade dessa sociedade nova. Ao contrário das aglomerações urbanas dos setores de plantação do norte do Paraná, a cidade do sul florestal de Mato Grosso não é um organismo de decisão com suas todo-poderosas companhias de colonização e suas numerosas agências bancárias. Aqui, a cidade é essencialmente comercial e artesanal, com exceção das serrarias, muito numerosas, que representam a única atividade industrial da região. Naviraí, antiga vila, elevada em poucos anos à condição de município, pôs-se assim a serviço de seu “campo”, depois de se prover de um prematuro plano em forma de estrela e de um aeroporto de terra batida. Uma rua comercial surgiu espontaneamente, enquanto as outras “avenidas” aguardam ainda a aparição dos quarteirões residenciais, até agora quase virtuais. A oficina de reparação de máquinas agrícolas e automóveis, as lojas de utensílios, absurdamente providas de objetos e ferramentas de todos os tipos, são, com os postos de serviços, os estabelecimentos fundamentais. A mercearia - loja - bar - restaurante - pensão se

acha perfeitamente a postos para suprir as fazendas de produtos alimentícios básicos e para abrigar, por uma noite, um proletariado rural muito instável. Os escritórios de contabilidade agrícolas, os cartórios de tabeliões assumem as mais elementares tarefas de gestão e registro de novas escritura de propriedade. Ao lado, e com o mais completo desprezo pelo zoneamento urbano, butiques e oficinais miseráveis recordam que o grosso da população é constituído de trabalhadores rurais, meeiros e colonos. São para eles esses tecidos da pior qualidade, esses ponchos de múltipla utilidade, essas sólidas botas e esses intocáveis objetos de bazar, por alguns níqueis. Por fim, existem as farmácias, os dois ou três consultórios médicos e mesmo um embrião de hospital mantido por um médico que é também fazendeiro. A função residencial é reduzida ao mínimo, embora surjam já os estabelecimentos comerciais um tanto afastados da rua principal, poeirenta ou lamacenta conforme a estação.

O balanço de 1975 mostra que as florestas do sul de Mato Grosso permaneceram fundamentalmente pioneiras. Mas, pelo menos, não se notam atualmente certas tendências à consolidação pós-pioneira?

Do ponto de vista da evolução tecnológica, o contrário é que parece ser. Pois a vontade de produzir sempre mais e cada vez mais rapidamente como que caracteriza os raros criadores que ainda podem ampliar os desmatamentos. Para esses homens, os sistemas ordinários de cultura de grama parecem hoje ao mesmo tempo muito caros e muito lentos. Em particular, o intermediário agricultor, por mais cômodo que seja, ora passa por desprovido de rentabilidade imediata. Por que, nessas condições, não saltar diretamente da floresta ou do alqueire à pradaria artificial, em lugar de esperar dois ou três anos antes de poder aproveitar-se de uma atividade de criação reputada como lucrativa? O criador bem sucedido e convencido por tais argumentos económicos veio assim a semear diretamente o “colonião” nos roçados para isso preparados. E, sendo inclinado a encurtar o tempo de trabalho, pensou ainda em simplificar os rudes trabalhos de desmatamento e semeadura. Por isso, nada melhor que a tecnologia americana! Semear com o uso de aviões

os grãos de Panicum é um processo rápido e, ao cabo, infinitamente mais económico que as semeadeiras ou transplantação manual. Quanto aos desmatamentos, a mera leitura dos jornais demonstrou como se poderia simplificá-los com o emprego de desfolhantes “made in U.S.A.”, espalhando de avião quantidades consideráveis desses novos produtos, que dispensam o facão para os arbustos e reduzem o desmatamento ao simples corte das grandes árvores.

De um golpe, um novo tipo de contatos criadores-agricultores surgiu, relegando ao passado todas as formas de relações que se puderam até agora estudar. Pois, má-vontade ou simples malícia meteorológica, as nuvens de sementes e de desfolhantes nem sempre respeitaram as cercas e os limites cadastrais. Parece mesmo, a crermos nas inúmeras reclamações em 1974, que uma sorte capciosa quiz que os criadores ou suas nuvens se desviassem frequentemente de suas rotas na vizinhança das colónias dos pequenos agricultores mencionados acima. Mortas por intempestivos desfolhantes ou abafadas progressivamente pelas invasoras gramíneas tropicais, muitas das culturas dos pequenos colonos foram assim arruinadas. Para eles, só restavam duas soluções: adotar a criação em pradarias artificiais (prática à qual seus prevenidos vizinhos pareciam exortá-los) ou partir após vender suas terras àqueles mesmos vizinhos, é óbvio. Esta última solução foi a mais adotada, por evidentes razões económicas.

Do ponto de vista económico e geográfico, entretanto, a mutação de forma alguma é negligenciável. Com efeito, o Mato Grosso meridional, outrora grande provedor das regiões campineiras do leste em bovinos magros, tende a tornar-se, ele próprio, uma região de engorda entre o Pantanal e São Paulo. Da grande depressão ocidental, ele vem recebendo gado novo e magro vindo por ferrovia até Itaum. Para o estado de São Paulo, Mato Grosso envia hoje gado gordo destinado ao abate em frigoríficos ainda inexistentes ao sul de Mato Grosso. Melhor ainda, alguns criadores paulistas estão enviando parte de seu rebanho novo para o Oeste do Paraná, unicamente para engordá-lo e depois reimportá-lo para São Paulo, onde é abatido. E certo que esta situação evoluirá quando forem construídos os

frigoríficos previstos em Dourados. De simples domínio dependente de São Paulo, Mato Grosso tenderá então a se constituir em verdadeira região autónoma. Esse estágio deverá ser atingido nos próximos anos.

Resta o domínio ecológico. Ainda avaliamos mal, a esse respeito, o impacto de uma inovação rural que substitui uma densa floresta por uma camada de grama perfeitamente indiferente aos equilíbrios naturais preexistentes. De início, parece lógico afirmar — malgrado a ausência de dados específicos nesse domínio — que as pradarias artificiais de *Panicum* são com certeza infinitamente menos prejudiciais ao solo que os desastrosos desmatamentos anuais que, no noroeste do Paraná, precedem as culturas mecanizadas de trigo e soja nas ricas terras roxas.

De imediato, uns quantos problemas devem ser assinalados, contudo.

Destruição da floresta. Consideráveis superfícies de florestas são destruídas sem exploração preliminar; quando muito, algumas cascas contendo essências valiosas, poupadas pelo fogo, são retiradas antes do estabelecimento da pastagem. Dificuldades de provisão de madeira não tardarão a aparecer, em certas regiões. Além de tudo, o desmatamento parece ser frequentemente praticado de maneira sistemática, sem estudos prévios de solo, com resultados muito irregulares no que tange à sua valorização. Seria, pois, bastante desejável que reservas florestais fossem mantidas nos solos mais pobres e que as zonas desmaiadas que se revelassem impróprias à utilização agrícola ou pastoril fossem sistematicamente reflorestadas. O simples ponto de vista da preservação da cobertura florestal primitiva não é de se negligenciar, quanto mais não fosse para a conservação do capital genético que constitui a flora dessas matas.

Destruição da fauna. A destruição da floresta e da cobertura vegetal dos campos acarreta a supressão quase total da fauna local. Aqui se coloca também, e de maneira urgente, o problema da preservação de espécies para as quais a manutenção de importantes superfícies de vegetação natural é indispensável. Há ainda o risco de que venham a manifestar-se graves

desequilíbrios da fauna, com possíveis repercussões económicas consideráveis. Com efeito, a destruição das formações vegetais que abrigam numerosas espécies de predadores (aves de rapina, carnívoros, insetos) pode provocar a multiplicação, sem possibilidade de controle natural, de espécies danosas à agricultura (roedores, pássaros granívoros, insetos fitófagos). Exemplos de tais desequilíbrios ruinosos da fauna são inúmeros no mundo. Da mesma forma, a alteração do regime dos rios, que será discutida mais adiante, pode provocar transtornos em sua população animal.

Modificações edáficas. Os riscos de erosão parecem relativamente restritos, tanto no caso do cultivo dos campos (problema já tratado) quanto no do estabelecimento de pastagens artificiais em arroteamentos florestais. Nesse último caso, a cobertura do solo é realizada rapidamente, de forma definitiva, e o tapete herbáceo, muito denso, fortemente, enraizado, permite assegurar uma proteção que, sem ser tão eficiente quanto a da floresta, pode, não obstante, ser considerada adequada. Não se dá o mesmo, é claro, quando as terras florestais são usadas para o estabelecimento de plantações de café ou de culturas temporárias de plantas alimentícias.

Em que condições as culturas forrageiras permitem manter ou melhorar a fertilidade do solo? A experiência ainda é muito recente para que seja possível responder a essa pergunta. Essas culturas, porém, parecem conservar uma produtividade conveniente durante alguns anos, pelo menos nos solos melhores. O gado efetua, nesse meio tempo, uma extração importante de elementos fertilizantes que só poderia ser compensada por uma reserva mineral de vulto do solo (o que em geral não ocorre nos solos tropicais), pela prática de alqueives durante longos períodos ou pela adubação. O uso de associações gramíneas-leguminosas seria por certo benéfico a esse respeito. Com as culturas mecanizadas se coloca, como vimos, a questão da manutenção da estrutura física dos solos. Deve-se dar muita atenção a tal problema, que certamente se resolveria com a utilização de afolhamento, fazendo intervirem culturas perenes de plantas forrageiras, durante períodos bastante longos.

O *regime das águas*. A destruição da cobertura florestal e o desnudamento temporário das terras cultivadas provoca profundas alterações no regime de escoamento superficial das águas pluviais. O dossel florestal e a camada orgânica rasteira retêm temporariamente, com efeito, uma parte importante das chuvas, que só chegam até o solo progressivamente e assim podem ser absorvidas com mais facilidade. Uma cobertura gramínea, mesmo densa, não consegue desempenhar esse papel de maneira tão eficaz, sobretudo no caso das violentas precipitações tropicais, donde o aumento do gotejamento e a diminuição da absorção. O regime dos cursos de água se modificará, com variações de débito mais importantes e mais rápidas. As águas de gotejamento estarão na origem de uma erosão superficial que, mesmo limitada, provocará um aumento importante da turbidez das águas, com todas as repercussões que daí podemos esperar sobre a vida aquática e a cheia nas obras de represamento. Ademais, a perda, por gotejamento, de uma parte importante das precipitações provoca uma diminuição das reservas hídricas do solo e uma perturbação na alimentação das extensões freáticas. Maack (1968) assinala assim a modificação do débito das fontes que alimentam a cidade de Londrina (Paraná), o qual, em seguida ao desmatamento da região, passou de 800.000 a 140.000 litros diários.

É certo que a manutenção de uma cobertura florestal sobre o perímetro de alimentação das fontes e sobre as partes mais acidentadas das principais bacias vertentes seria necessária.

Modificações climáticas. Em que medida um desmatamento importante pode provocar modificações de fatores climáticos? Eis aí um assunto onde é difícil afirmar seja o que for, quando não se dispõe — o que infelizmente é o caso — de observações precisas por longos períodos. Pode-se, entretanto, fazer uso de certo número de dados gerais e de observações que permitem orientar as reflexões sobre o problema. A supressão da floresta acarretará, de início, alterações importantes no regime dos ventos e da temperatura. Modificações na rugosidade da superfície terrestre, supressão dos anteparos constituídos pelas massas florestais são outros tantos fatores que irão facilitar a

circulação das massas de ar e aumentar, desta forma, a rapidez e a frequência dos ventos, tendo como primeira consequência acentuar a evapotranspiração. Evaporação e agitação mecânica provocam o fechamento dos estômatos das folhas. A renovação mais rápida das massas de ar próximo à superfície do solo provoca igualmente uma diminuição dos teores de gás carbônico. Esses fatores se conjugam para acarretar uma diminuição da atividade fotossintética, e portanto da produtividade das plantas. Pode, assim, ser interessante manter cortinas florestais numerosas como quebra-vento, bem como implantá-las nas zonas de campos cultivados.

A transformação da cobertura vegetal provoca igualmente mudanças nos valores do albedo da superfície terrestre (absorção da energia solar, irradiação) e, portanto, modificações do regime térmico que será, seguramente, mais contrastado numa região nua. Os riscos de geada (sobretudo por irradiação noturna) podem dessa forma aumentar. Inversamente, porém, pode-se pensar que uma melhor circulação do ar evitaria a estagnação de massas de ar frio nos vales: constatou-se com efeito, uma menor frequência de geadas nos vales da região de Ivinhema desde que os desmatamentos vultosos começaram a ser efetuados.

No que diz respeito às chuvas, é certo que os maciços florestais retêm, por sua evapotranspiração, elevada umidade atmosférica e recebem, sem dúvida devido a isso, mais chuvas que as regiões desmatadas vizinhas. Mas, se é difícil afirmar que um desmatamento de vulto provocaria uma diminuição da média das precipitações, é certo em contrapartida que ele influenciaria o regime das chuvas. Maack (1968) mostra assim que, no Paraná, a variação das precipitações se acentua notadamente pelo desmatamento: os índices de variação (relação entre máxima e mínima anuais) compreendidos entre 1,4 e 1,6 nas regiões florestais, passam a valores da ordem de 2 a 2,9 nas regiões desmatadas.

Em definitivo, o desenvolvimento da frente pioneira ao sul de Mato Grosso pode acarretar uma alteração dos fatores essenciais do meio ambiente, às vezes com riscos de consequências graves para a valorização. É inquietante constatar que nenhuma

medida de conjunto parece ter sido tomada a fim de preservar, por um mínimo que seja, o equilíbrio natural dessas regiões, ao passo que exemplos de catástrofes ecológicas provocadas por sistemas abusivos de valorização são abundantes no mundo. Parece urgente proceder a um determinado número de pesquisas de base, cujos resultados permitiriam orientar objetivamente uma ação nesse domínio.

Um primeiro objetivo consistiria no estudo das consequências ecológicas da transformação do meio natural pela comparação dos dados bioclimáticos e pedológicos antigos, dos quais se pode dispor, com os valores sucessivos, colhidos desde o início da valorização. A análise do que aconteceu nos estados vizinhos de São Paulo e Paraná, onde a ação humana é mais importante e mais antiga, mostrar-se-ia fértil em ensinamentos. Em segundo lugar, um inventário preciso dos recursos oferecidos pelo meio natural seria indispensável, constituindo a vegetação natural, a esse propósito, um indicador de notável sensibilidade: um mapa de reconhecimento dos solos já existe, mas seria ainda necessário aprimorar o mapa da vegetação proposta.

Somente a esse preço tomar-se-ia possível determinar os patamares críticos que não convém ultrapassar, num certo número de domínios, e propor uma planificação tradicional da administração, em bases ecológicas, por uma definição precisa das vocações e das possibilidades de utilização das diferentes unidades naturais de solo e vegetação.

b) A implantação dos granjeiros e os novos sistemas ecológicos dos campos

Nos campos, ao contrário, a implantação dos agricultores se afirma. É verdade que, aí, o meio ecológico é muito menos hostil.

Hoje, as terras roxas são quase totalmente ocupadas pela agricultura mecanizada. A nível de fertilidade química, esses solos não parecem sofrer, no começo, de carência grave. A aplicação de adubos ternários de síntese mantém neles, além do mais, uma fertilidade satisfatória após alguns anos de cultivo.

As características físicas dos solos, pelo contrário, foram alteradas pela cultura mecanizada contínua: perda de estrutura, surgimento de terras de lavoura, formação de crostas superficiais. Os riscos de erosão não são de negligenciar também, malgrado a suavidade geral dos relevos sobre o reverso da “cuesta” de Maracaju.

É exatamente pelas precauções adotadas pelos granjeiros na luta contra esses perigos que reconhecemos os verdadeiros agricultores. A prática das culturas em curvas de nível generaliza-se. A de sub-solagem destinada a pulverizar as terras de lavoura cada vez mais se impõe, enquanto o uso de escarificadores facilita atualmente a infiltração das águas pelo corte das crostas superficiais. Mas é talvez na prática da correção com calcários que reconhecemos melhor, hoje, o zelo pela conservação do solo. Dois ou três anos após as primeiras lavouras os granjeiros, com efeito, introduziram esses corretivos a fim de combater a acidez dos solos e conferir-lhes uma melhor estrutura física. Para tanto, precisaram inicialmente de recorrer a caríssimas importações de calcário moído e elaborado em São Paulo. Depois, compreendeu-se que era possível obtê-lo localmente, pela exploração das jazidas da serra de Bodoquena. Em maio de 1975, havia já três instalações ao longo da estrada Aquidauana-Jardim.

Restavam os problemas ligados à contínua rotatividade trigo-soja ou arroz. Eles só poderiam ser resolvidos pela introdução de alqueives cultivados. Alguns inovadores já adotaram a criação em pequena escala e abriram espaço em seus afolhamentos anuais às culturas de gramíneas para o gado. Mas é devido principalmente ao contrato forrageiro, cada vez mais imposto aos granjeiros pelos proprietários criadores, que uma rotatividade tão tosca e inconsciente aparece. Pois, em 1975, todos os agricultores em situação de estabelecer-se como fazendeiros se vêem às voltas com a imposição de preços de locação sempre mais elevados (50 cruzeiros/ha em 1972; 200 cruzeiros em 1974), mas também com a devolução das terras com forragem artificial. E, nesse campo, sabe-se desde já quais são as espécies forrageiras adaptadas ao meio dos campos limpos. Ao lado do “jaraguá” e do “capim gordura” (*Melinis minutiflora*), generaliza-se atualmente o

“Pangola Grass” (*Digitaria Decumbens*) e o *Bracchiaria* sp. A introdução dessas espécies estrangeiras faz-se mediante a implantação de cepas ou sementeiras. Nos primeiros anos, a pastagem é defendida no momento da gramagem a fim de favorecer a expansão de espécies introduzida, e é incendiada todos os anos, durante a seca, para eliminar os refugos e combater a formação de plantas invasoras.

A experiência de alguns anos parece provar que as novas espécies forrageiras são competitivas o bastante para se instalarem solidamente e concorrerem vitoriosamente com as espécies autóctones.

É, pois, um verdadeiro ecossistema criado que atualmente está sendo elaborado nos campos limpos de Mato Grosso Meridional. Malgrado a elevada proporção de granjeiros em situação de estabelecer-se como fazendeiros (85% mais ou menos em Maracaju, 36% em Dourados em 1975), um legítimo sistema “agey” controlado se substitui à fazenda de criação de outros e a recente exploração pioneira que devasta o meio ambiente.

Paralelamente, altera-se o perfil do pioneiro de 1969/70. Certo é que a dominante rio-grandense é ainda nítida em 1975 entre as origens geográficas dos granjeiros, mas, como vemos, outros estados fornecem hoje contingentes de agricultores do campo.

Rio Grande do Sul.....	55,6%
Santa Catarina	5,7%
Paraná	2,2%
São Paulo	8,3%
Minas Gerais.....	3,0%
Mato Grosso.....	4,9%
Origens desconhecidas.....	20,6%

Quadro I: Origens geográfica dos granjeiros filiados à Cooperativa Triti-Soja Ltda. de Dourados, em 1975.

As origens étnicas dos granjeiros mostram também um fato importante: pelo menos um terço deles são de nacionais, ao passo que os nomes alemães e italianos dominam largamente no início, indicando com isso as origens coloniais do Sul do Brasil.

Menos ávidos de terras novas que nos seus começos, os agricultores do campo exploram hoje 230 ha em média em Dourados, 350 ha mais ou menos em Maracaju. Melhor equipados tanto em máquinas como em instalações de exploração, eles não são mais exploradores temporários. Com efeito, esses homens, dos quais mais da metade conta acima de 40 anos, se instalam, particularmente, nas cidades próximas a seus estabelecimentos agrícolas novos.

Faixa etária	Porcentagem de granjeiros
Menos de 25 anos.....	0,4%
De 25 a 29 anos.....	10,2%
De 30 a 34 anos	14,7%
De 35 a 39 anos	14,2%
De 40 a 44 anos	14,2%
De 45 a 50 anos	13,2%
De 51 a 55 anos	10,3%
Mais de 55 anos	14,2%

Em 1975, repartição por idades dos granjeiros filiados à cooperativa de Dourados.

As paisagens urbanas refletem perfeitamente essas novas condições da sociedade rural dos campos.

Seria inútil pretender avaliar o crescimento urbano dessas regiões de agricultura mecanizada, pelas estatísticas de 1970 (ano do último recenseamento), anteriores ao *boom* da fazenda mecanizada. Tal avaliação ficaria aquém da realidade de 1975!

De fato, só a observação permite apreender a amplitude das mudanças ocorridas cinco anos atrás. Entre Naviraí, cidade pioneira dos criadores das florestas, e Dourados ou Maracaju, velhos centros de um tradicional Mato Grosso hoje transformado pelos granjeiros, existe a enorme diferença que separa o grande explorador criador absenteísta da agricultura do agricultor que escolheu morar nas aglomerações urbanas mais próximas de sua nova fazenda. No reverso da “cuesta” de Maracaju ou nas nascentes do Rio Dourados a cidade é, pois, um centro residencial de início.

Os espaços urbanos se dilataram brutalmente a ponto de engolir, ao mesmo tempo, os bairros pobres periféricos e os estabelecimentos “especializados” que uma virtuosa respeitabilidade havia de início relegado a um longínquo “no man's land”, hoje quase totalmente ocupado. Em Maracaju, a rua principal é que se estendeu de um lado e de outro da aglomeração original. Vilas novas aí se avizinham de incontáveis “oficinas” de conserto e de venda de material pesado. Logo, elas alcançarão os enormes silos da cooperativa, que se instalou como autêntico símbolo da modificação dos campos.

Mas foi em Dourados que o impacto granjeiro foi mais violento, pois os recém-chegados escolheram as melhores condições de habitabilidade de uma cidade que já era um pequeno centro regional antes de sua chegada. Da antiga avenida principal, um inacreditável tráfego de caminhões fez o que um prefeito bem humorado chama “uma rua de tatus”. De um e outro lado dos enormes buracos dessa via principal, existe hoje um excesso de casas comerciais, com as inevitáveis e pletóricas farmácias e drogarias ao lado de lojas da mais variada espécie, encontráveis em toda cidade média brasileira das regiões ricas do Leste. Somente que aqui há um pouco mais de pressa e desordem na situação desses estabelecimentos. Nota-se, apesar de tudo, que os mais ricos entre eles (confeções, eletrodomésticos, aparelhos fotográficos, móveis) situam-se nas imediações da praça principal, ao lado dos bancos, quase suntuosos, e, todo um setor terciário raro de profissões liberais (médicos, cirurgiões, tabeliões e advogados), com estabelecimentos de fachada e em andares, em pequenos imóveis contíguos. Numa rua adjacente, passa-se na poeira vermelha da rua a um luxuoso hotel ao qual, afora a falta de jeito de seus garçons, nada falta da clássica acolhida dita

“internacional”. É que, em Dourados, a produção de soja interessa singularmente tanto às grandes firmas comerciais de São Paulo quanto as casas de alimentação animal dos países europeus. Essa função de acolhida é uma das mais notáveis da evolução atual: hotéis e pensões pululam, com um aparato de conforto peculiar a qualquer centro regional europeu.

De um golpe, Dourados, centro de uma região vital, reconstitui em torno de si a antiga área de influência, então frouxa e inconsistente, dos tempos tradicionais em que a cidade não passava de um pequeno centro num imenso espaço desorganizado e escassamente povoado. Os processos clássicos de desmembramento administrativo privado desse papel de prefeitura única, em proveito de um grande número de novos municípios, em especial na zona colonial vizinha. Hoje, esses municípios se consideram incapazes de resolver sozinhos os problemas comuns gerados pela mutação agrícola. Dezesete deles, assim, aceitaram reconstruir espontaneamente a antiga área de influência, então puramente administrativa, de Dourados. É toda uma rede de relações terciárias, que ora justifica essa volta à “Grande Dourados”, que domina 68.000 km² e 600.000 habitantes. Todo o terciário superior (sucursais bancárias, institutos de administração diversos, casas comerciais de influência nacional, Universidade) tende a se concentrar em Dourados, que assim retoma um papel dirigente consideravelmente rico. Enormes são as dificuldades, entretanto, para assumir um tal papel, já que faltam à cidade tanto meios financeiros quanto homens. Exemplo: a manutenção de 1600 km de estradas exigiu a compra de um parque de máquinas no valor de 3 milhões de cruzeiros! Faltam funcionários qualificados, pois toda pessoa com bagagem intelectual prefere o setor privado às mal remuneradas funções públicas. Finalmente, o poder de decisão acha-se ainda parcialmente em mãos de velhos chefes políticos, criadores tradicionais, que entendem mal a evolução de nossos dias.

É, assim, uma região que está nascendo ao Sul de Mato Grosso. Fato sintomático dessa nova ecologia humana: enquanto os derradeiros bastiões da tradição estão a pique de ruir, os últimos genes pioneiros transformam definitivamente os setores até agora esquecidos pela inovação.

O setor colonial de Dourados, em especial, está hoje em plena mudança. Essa situação se explica muito simplesmente pela posição geográfica da colônia em contato com as florestas meridionais invadidas pelos criadores e com os campos limpos sobre basalto, a sudoeste e a noroeste, transformados pelas culturas de granja. Presa entre essas duas mandíbulas da tenaz pioneira, a região colonial evolui rapidamente. A primeira policultura familiar se acha reduzida a umas quantas ilhotas residuais. Ao contrário, nas terras abandonadas pelos colonos nordestinos a inovação se instala adaptando-se toscamente aos solos. As terras pedregosas, com efeito, são frequentemente invadidas pelo “colonião” e a criação de engorda. Em oposição, a agricultura mecanizada tende a apropriar -se dos lotes de terra roxa. Essas formas de reconversão, particularmente evidentes na porção ocidental da colônia ao longo da grande estrada que serve Vila Vargas, Vila Douradina, Vila Bocajá e Vila Carmelândia, resultam de uma dupla fagocitose imobiliária. Uma, exterior, proveniente de pressão exercida pelos grandes proprietários criadores como vimos. Os granjeiros do campo vizinho também penetram nas terras da colônia, como fazendeiros ou novos proprietários. Porém o essencial da mutação é realizado pelos comerciantes de pequenas povoações que compravam as terras dos agricultores que partiram e as lembraram. Por puro mimetismo técnico, introduziram em seguida a criação ou as culturas de trigo e de soja. Os currais e os novos entrepostos que coexistem com os casebres abandonados dos antigos colonos ilustram bem, hoje estas transformações que devam resultar em alguns anos, no desaparecimento puro e simples do antigo sistema colonial exclusivamente predador.

Restava entretanto, um domínio onde a ação do homem continuou muito limitada: os dos cerrados. Ora, em 1975, estas savanas arborizadas começam a ser exploradas segundo duas modalidades. A primeira consiste na mudança radial dos equilíbrios ecológicos por substituição da granja pelas antigas explorações de criação extensiva. Neste caso, o granjeiro destruiu totalmente o estrato arborizado arrancando as árvores do cerrado. Como estes trabalhos são muito custosos em material (tratores de lagartas, *bulldozer*) e em tempo de trabalho, um contrato particular liga o agricultor ao proprietário. O acordo prevê então que o granjeiro não pagará nenhuma renda durante

5 anos e retirar-se-á ao final do seu contrato, deixando as velhas terras de cerrado sob a forma de pastagens plantadas totalmente desmatada. Neste caso, sérios problemas ecológicos são facilmente previsíveis a médio e longo prazo.

O mesmo não ocorre com tentativas, infelizmente ainda pontuais de cultura de forragens tropicais sob cobertura arborizada. Pudemos ver alguns exemplos desta valorização do cerrado na região de Jardim. Pode-se observá-las precisamente na medida em que o criador concilia dois domínios aparentemente incompatíveis: o económico e o ecológico. Neste caso, com efeito o homem clareia somente a cobertura florestal a fim de permitir a entrada de grossas grades em discos. Este amolecimento superficial é seguido de uma sementeira em *Hypparrheina rufa* cuja cobertura recria um estrato gramíneo infinitamente mais contínuo e nutritivo que o tapete herbáceo original. A produtividade das fazendas é pois consideravelmente aumentada (em média 1 animal por 1,5 a 2 hectares sobre jaraguá, contra um animal por 5 a 7 hectares em condições naturais), enquanto os equilíbrios ecológicos originais são, em parte, conservados.

CONCLUSÃO

Portanto estamos, hoje longe da imagem estereotipada do pioneiro clássico consumidor inconsiderado do espaço. Na questão pioneira, alguma coisa mudou, ou seja, esta procura do equilíbrio entre o ecológico e o económico. É de notar a este respeito que são os homens os mais distanciados da figura tradicional do plantador paulista que foram mais longe na implantação dos sistemas “ager”. Mais que as heranças culturais, o absenteísmo e a grande propriedade aparecem como os fatores limitantes essenciais dos novos equilíbrios surgidos nas franjas pioneiras. Certamente os progressos tecnológicos e o crédito bancário autorizam hoje formas de implantação algumas vezes rápidas e estáveis que faltam aos pioneiros do Leste.

Resta apenas que desmatador ou o granjeiro brasileiros atuais vejam e pensem o espaço de uma maneira nova. Pela primeira vez talvez eles têm consciência dos limites geográficos deste espaço e naturalmente colocam o problema de sua

conservação. É revelador, a este respeito que esta reflexão esteja bem mais adiantada entre os granjeiros que se acham no limite geográfico e ecológico de suas culturas no sul de Mato Grosso do que entre os criadores das florestas que não ignoram a existência da enorme reserva amazônica.

Em consequência, compreende-se por que os agricultores vindos do Sul podem em 5 ou 7 anos, atingir ou mesmo ultrapassar a sociedade dos plantadores e criadores do Leste ao ponto de engendrar uma nova ecologia humana no sul de Mato Grosso. Seria ousada uma visão prospectiva prevendo que a falta da terra logo levará os granjeiros ao domínio florestal dos criadores mal implantados pelo menos nos setores da terra roxa?

SOLICITA-SE INTERCÂMBIO

PIDESE CANJE – ON DEMANDE L'ÉCHANGE

WE ASK FOR EXCHANGE – MANN BITTED UM AUSTAUSCH

SI RICHIEDE LO SCAMBIO

COMPOSIÇÃO

COMGRAF – Composições Gráficas S/C Ltda.
Rua Alvarenga, 1237 – 2º. and. conj. 23 - Tel: 813-4182 - São Paulo

IMPRESSÃO

Editora Gráfica Cairú Ltda.
Av. Dr. Vital Brasil. 907 - Tel: 210-8579 - São Paulo

INSTITUTO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
EDIFÍCIO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA
CIDADE. UNIVERSITÁRIA “ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA”
Caixa Postal Nº 20.715
05508 – SÃO PAULO
(Capital)